



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA – PLANO DIRETOR – ITAIM
PAULISTA

LOCAL: Subprefeitura do Itaim Paulista

DATA: 16/11/2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Vamos dar início. Bom dia. Na qualidade de presidente desta sessão da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro aberto os trabalhos da 15ª audiência pública do Projeto de Lei 688/2013, referente à revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo.

Quero, em primeiro lugar, registrar que esta audiência pública vem sendo publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo diariamente, desde o dia 30 de outubro de 2013 e foi publicada no *Diário de São Paulo* do dia 31 de outubro de 2013, e na *Folha de S.Paulo* no dia 01/11/2013.

Antes de dar início à nossa audiência pública, acho que era importante registrar para todos o que estamos fazendo hoje aqui. Este é um trabalho da relatoria do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, que foi um projeto encaminhado à Câmara Municipal no final de setembro pelo Prefeito Fernando Haddad e que trata da revisão do Plano Diretor Estratégico, que dá as diretrizes e estabelece, regulamenta instrumentos e ações do planejamento de longo prazo da Prefeitura de São Paulo.

A Comissão de Política Urbana é a comissão de mérito desse projeto. Todo projeto de lei tramita na Câmara por várias comissões. Começa pela Comissão de Constituição e Justiça que analisa os aspectos legais do projeto e depois ele é encaminhado para a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, que é a comissão de mérito que faz a análise do conteúdo do projeto e é exatamente nesta atribuição que o relator, no caso eu, Vereador Nabil Bonduki, devo estar ouvindo a sociedade, ouvindo os vários segmentos, a própria subprefeitura, os técnicos, os movimentos sociais, as entidades da região, aqui no caso do Itaim Paulista, para poder dessa maneira formar uma visão, avaliar esse projeto e, a partir daí, propor eventuais alterações, supressões, adições, mudanças no projeto de lei. Então é esse o trabalho que estamos fazendo. Como eu falei, esta é a 15ª audiência pública, nós vamos fazer 45 audiências públicas nessa etapa, uma em cada subprefeitura e várias audiências públicas temáticas, tema de habitação, de meio ambiente, de mobilidade, e uso do

solo, que estão sendo feitas na Câmara de Vereadores. Então, com essa preocupação que estamos aqui hoje para ouvir a comunidade do Itaim Paulista.

Estão presentes aqui o Chefe de Gabinete do Subprefeito, o Marlon, que representa a Subprefeita, que está doente e não pode estar presente, a Adriana, e o representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Fernando Túlio, que é a Secretaria que foi responsável pela coordenação dos trabalhos do Plano Diretor.

Evidentemente não é apenas a Secretaria de Desenvolvimento Urbano que contribuiu para este projeto, várias secretarias participaram, é um projeto da Prefeitura, mas a coordenação é da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, e é por essa razão que nós vamos iniciar passando a palavra para o arquiteto e urbanista Fernando Túlio que vai fazer uma apresentação de vinte minutos, posteriormente vamos passar para as considerações iniciais do Chefe de Gabinete do Subprefeito e vamos abrir a palavra para todos os presentes para que a gente possa estar ouvindo aqui as questões específicas da Cidade.

Eu quero já abrir as inscrições. Vai circular a folha para se inscrever. Também quero informar que todo trabalho que estamos fazendo aqui será transcrito, ficará registrado no projeto que tramita na Câmara, também está sendo feito um relatório para identificar os pontos de divergência, os pontos de concordância, de modo que ao final desse processo todos poderão acessar o *site* da Câmara, www.camara.sp.gov.br, e dessa maneira ter acesso a tudo que foi falado, para que a gente possa ao final do processo, com transparência, poder promover aquelas alterações e sabendo de onde elas vieram, ou se elas não foram feitas, qual a justificativa que elas não foram adotadas. Também quero informar a todos que temos aqui um formulário, todos que falarem, se possível, também escrevam no formulário a proposta, ou se quiser levar para casa e escrever em casa, depois podem mandar para a Câmara pelo correio, que está pago já, nós temos um formulário com envio pago pela própria Câmara.

Eu passo inicialmente a palavra para o Fernando Túlio.

O SR. FERNANDO TÚLIO – Obrigado, Nabil. Inicialmente queria dar bom dia a todos e a todas.

É uma apresentação bastante sintética. Primeiramente tratar de uma questão importante, que é um processo participativo agora que a Câmara está conduzindo, mas esse processo no âmbito do Executivo foi desenvolvido. Foram feitas reuniões em todas as subprefeituras, reuniões temáticas divididas em quatro etapas. Não sei se alguém daqui participou de alguma dessas atividades. Enfim, acho que é um processo vivo que agora está num momento bastante importante no âmbito da Câmara Municipal.

- O orador passa a referir-se a imagens exibidas em tela de projeção.

O SR. FERNANDO TÚLIO – A proposta foi desenvolvida a partir de três estratégias centrais, a redução da vulnerabilidade social urbana no território do município da cidade de São Paulo, outra estratégia fundamental foi estruturar o território considerando a abrangência metropolitana e macrometropolitana e um terceiro foi otimizar os eixos de transporte coletivo. Aqui exatamente nessa Subprefeitura, acho que é fundamental colocar que ela tem um rebatimento direto nesses três eixos. Estamos na macroárea de estruturação metropolitana, isso é importante mencionar, aqui a Subprefeitura está localizada. Estamos dentro de um eixo de transporte público coletivo, a linha 12 do trem e agora também vai ter um corredor de ônibus e estamos, na Subprefeitura, num território complexo que além de estar dentro da estruturação metropolitana também apresenta uma macroárea que se caracteriza pela existência de territórios que são vulneráveis no ponto de vista urbano e social.

Então durante toda a apresentação esses três elementos vão vir à tona, por isso acho que vale a pena destacar primeiramente. Peço para voltar um slide. A partir dessas três estratégias o plano foi dividido em cinco títulos que têm características específicas. O primeiro título trata dos princípios e objetivos que regem o plano diretor, ou seja, esta cidade foi construída num processo histórico e o espaço é uma materialização, uma forma concreta de como o trabalho humano se organiza. Então temos de pensar a partir da Cidade existente um

projeto, que cidade queremos. De maneira geral quais princípios orientam esse projeto de cidade, por onde começamos.

Então são cinco princípios que foram colocados no projeto de lei e talvez uma das questões principais é o direito à cidade. Nessa construção histórica que gera oportunidades e espaços, cada um com sua característica, o ideal é que todos tenham acesso às oportunidades que a cidade nos permite.

Outro princípio bastante importante e que vale mencionar, quando formos apresentar as ferramentas que o plano gera e dispõe para garantir que essa cidade que estamos projetando para o futuro seja construída, uma questão fundamental é a função social da propriedade e a função social da cidade. Então a função social da cidade e da propriedade são princípios que definem as formas de usar o solo urbano, que é uma terra cara, um bem gerado, que seja feita de tal modo que permita que o direito à cidade se realize. Esses princípios ordenam a proposta elaborada do projeto de lei.

Passando para o 2º título que trata do ordenamento territorial, esse é o título que vai introduzir essas estratégias, que num primeiro momento estão colocadas por meio de macroáreas que representam um retrato da cidade, como se fosse uma fotografia da situação atual da cidade e ao mesmo tempo não é só um olhar para trás, é um olhar para o presente, de como a cidade é, mas que a partir desse reconhecimento da cidade existente, a partir daqueles princípios estabelecidos por meio do título anterior como o direito à cidade, colocam um horizonte para essas áreas específicas.

Então aqui a cidade foi dividida nesse conjunto de áreas que estão divididas por essas cores. As cores mais quentes, o amarelo, laranja refletem uma condição mais urbana e as cores mais esverdeadas refletem uma condição com um caráter mais ambiental.

Aqui fizemos um *zoom*, a Subprefeitura de Itaim Paulista está nessa região. Aqui está a Jacu Pêssego. Essa cor vermelha bem escura é a área de estruturação metropolitana,

estamos mais ou menos aqui nesse território que tem uma abrangência, enfim, aqui vemos toda a área urbanizada, uma abrangência metropolitana.

Em amarelo são as áreas com maior vulnerabilidade urbana e social, ou seja, que demandam a construção de novas infraestruturas, de equipamentos sociais, tais como hospitais, creches e escolas. Então essa área em amarelo é uma das áreas de estratégia primordial do plano, que é enfrentar de fato essa perspectiva de reduzir a vulnerabilidade urbana e social.

Só destacando aqui essa mancha vermelha, que é um território de abrangência metropolitana. Estamos localizados aqui e na zona Leste há uma questão central: no eixo da Jacu Pêssego e Cupecê foram estabelecidos perímetros ao desenvolvimento, principalmente econômico. Ou seja, são perímetros em que foi estabelecido um conjunto de benefícios com o objetivo de trazer e estruturar o espaço, principalmente aqui no caso da Jacu Pêssego, da cidade. Para a Jacu Pêssego há uma proposta: para usos não residenciais, ou seja, serviços, comércio, não seja paga a outorga onerosa. Nessa área há um total estímulo, não será paga a outorga onerosa.

Voltando aqui só para dar um *zoom* nesse perímetro da Jacu Pêssego, que a Subprefeitura está nessa região, é um dos eixos que vai ter um impacto direto na estruturação do território da zona Leste.

Para além daquelas áreas que foram apresentadas com esse conjunto de cores que dividem a cidade em áreas com características específicas, outro tipo de zona, que são as zonas especiais e essas zonas que vão ser tratadas na revisão, especialmente, da lei de zoneamento, mas essas daqui foram tratadas no plano diretor, que são as Zonas Especiais de Interesse Social, as ZEIS.

Esse é o mapa, aqui na zona Leste a Subprefeitura, onde foram estabelecidos perímetros que têm como objetivo incentivar a construção de habitações de interesse social. Com relação ao plano diretor anterior essas áreas foram ampliadas em 23%. Ou seja, há um

desejo dentro daquela perspectiva de reduzir a vulnerabilidade urbana e social, ampliar as áreas destinadas à construção de moradias populares.

Para tanto as ZEIS são divididas basicamente em quatro tipos, de 1 a 4. Elas têm características e categorias específicas. Vou começar explicando pela HIS 1, 2 e HMP, são as faixas de renda que definem essas categorias. No plano anterior, as faixas de renda iam de zero a 16 salários mínimos, que é o parâmetro utilizado para definir quem é um receptor possível, potencialmente receptor para receber essa moradia popular.

No plano atual em função das transformações econômicas que o país enfrentou foi redimensionado, aqui a HIS 1 passa de zero a três salários mínimos, HIS 2 de zero a seis salários mínimos e HMP de seis a dez. Aqui foram estabelecidas com o objetivo de garantir de novo o enfrentamento da questão da vulnerabilidade social, uma porcentagem mínima nesses territórios, que naquele mapa anterior grafaram as ZEIS, para a construção dessas moradias, ou seja, na ZEIS 1, 60% para HIS 1 e 2. ZEIS 2, 50%. ZEIS 3, 50 e ZEIS 4, 80% das habitações construídas deverão ser, obrigatoriamente, para essas faixas de renda: de zero a seis salários-mínimos.

Outra questão importante – aqui, em laranja – é que foram permitidos usos não residenciais, ou seja, com aquele objetivo do direito à cidade, não se faz cidade apenas com habitação, é um conjunto de equipamentos públicos, de serviços urbanos, de infraestruturas, acesso ao meio ambiente que constrói a cidade. Então, a gente está adequando a Legislação Municipal para que linhas de financiamento federais ou estaduais possam financiar outros tipos de usos que enriqueçam a vida urbana.

Recuperando a linha da apresentação; primeiro, vimos aquelas áreas que definiram a cidade como um todo; depois, as ZEISs – as zonas especiais – que têm objetivo de construir e viabilizar moradia popular de forma equilibrada na Cidade e, por fim, chegamos numa questão fundamental, que era o segundo eixo: a questão da mobilidade urbana.

Temos dois mapas. Acho que vale a pena passar um e depois o outro. Vemos a rede de estruturação da transformação urbana, o segundo eixo de estratégia que define o que o Plano Diretor, o projeto de lei, estabelece. O primeiro, recuperando a redução da vulnerabilidade - que expliquei por meio das ZEISs. Aqui vemos a zona Leste. Temos as duas linhas, dos dois ramais metroferroviários, que deriva. Estamos mais ou menos aqui. A Subprefeitura nessa região.

Vamos comparar este com o mapa anterior. Esse é o conjunto – aqui, em laranja e amarelo – de obras de infraestrutura do transporte coletivo de média e alta capacidade que tem como objetivo estruturar o território da cidade de São Paulo. Como não é apenas habitação que gera cidade, não é apenas fazer corredor de ônibus que a gente está gerando cidade.

Por isso, o objetivo do plano, quando ele passa a chamar de eixo de estruturação da transformação urbana, temos a seguinte questão: para além de um corredor de transporte, o objetivo é trazer o desenvolvimento urbano para essa região. Vamos voltar ao mapa anterior para destacar esse fato. Temos duas linhas que estruturariam a região. No próximo, vemos a quantidade de linhas de infraestrutura que estruturam o território.

Esse é um *zoom* da região para a gente conseguir entender um pouco melhor. Aqui é a Linha 12 do metrô. Aqui a gente tem Itaquera e, depois, a Linha 11. Aqui, enfim, destacando as principais intervenções que deverão ser feitas nos próximos dez anos. Aqui é a Jacu-Pêssego, a Av. São Miguel e, aqui, gostaria de destacar, especialmente, no caso da Subprefeitura do Itaim Paulista, a Estrada Dom João Nery, que seria um dos eixos que corta a Subprefeitura e que ordenaria o desenvolvimento urbano da região. Essa é a Marechal Tito – como falei -, já estamos dentro de um eixo e num território de estruturação metropolitana.

Como não é apenas a questão da habitação que gera cidade, é um conjunto de equipamentos e serviços, nesses eixos, a gente propôs uma série de instrumentos de parâmetros urbanísticos com objetivo de que esses corredores gerem cidade. Só para explicar, eles se chamam cota parte. A gente citou o corredor, por exemplo, passando numa região e a

gente quer utilizar uma infraestrutura de mobilidade urbana de alta e média capacidade, é importante que nessa região, que são basicamente 150 metros de um lado e para o outro da linha de transporte, a gente consiga garantir a utilização do uso do solo, que é um bem caro. Então o que é que foi feito? Foi proposto novo parâmetro urbano, que vamos supor que isso é um prédio, isso aqui é outro e isso aqui é outro, uma edificação, aqui a gente teria duas unidades no prédio, aqui a gente teria, enfim, muito mais, e aqui mais ainda. Então a cota parte estabelece a quantidade de unidades habitacionais que o edifício tem que ter, que o terreno tem que ter. No corredor a gente quer garantir que mais pessoas tenham acesso a esses territórios que são estruturados. Então foi criado esse instrumento com o objetivo de fazer com que mais pessoas tenham acesso a esses territórios estruturados.

Aqui, só para destacar de novo, o conjunto em amarelo dos corredores de ônibus propostos, enfim os ramais metro ferroviários da zona Leste, até Jacu-Pêssego, aqui Aricanduva. Esse que faz essa curva eu preciso olhar o nome também, mas ele sai aqui da linha 11 e depois. O nome exatamente agora eu não sei.

Esse é um quadro que regulamento o quanto se pode construir na Cidade. Em amarelo ele trata da Cidade como um todo, em laranja ele fala desses eixos, onde tem transporte público, qual o regramento específico, em laranja aqueles instrumento que expliquei anteriormente, da cota parte, ele fala como nesses eixos de transporte a gente pode regradar o tipo de ocupação urbana. Naquelas macroáreas que tinham aquelas cores, que dividiam a cidade naquelas cores, você pode... Enfim, para cada uma delas você tem uma quantidade de áreas em função do seu terreno de quanto você pode construir. Então mínimo que você pode construir para garantir a função social da propriedade, que foi aquilo que no princípio se estruturou o Plano, o quanto você constrói sem pagar necessariamente a outorga onerosa e esse máximo é o quanto você, para construir, teria que contribuir para um fundo público, que esse fundo público reinveste nas áreas vulneráveis da Cidade para tentar equilibrar o território. Então esse vale para a Cidade como um todo.

Nos eixos foram majorados os potenciais construtivos. Então a gente pode construir mais, mas mesmo assim não é – a gente tem que humanizar a Cidade – apenas construir mais, mais metros quadrados de concreto, é uma questão de trazer as pessoas para esses lugares beneficiados pelo sistema de transporte público coletivo. Então aquele instrumento da cota parte, aqui também tem um regramento específico para que em cada região da Cidade tenha um número equilibrado do que se quer utilizar o transporte.

Isso resume um pouco a estratégia territorial com relação ao espaço da Cidade. Agora a gente tem alguns instrumentos, algumas ferramentas que não são necessariamente territorializar, ou seja, é uma ferramenta para a gente garantir que aquilo que foi explicado anteriormente se realize. Então aqui tem um conjunto bastante grande de instrumentos urbanísticos. Enfim, não vou entrar em todos eles, vou destacar um para dar um exemplo. Esse daqui é um instrumento urbanístico que é a outorga onerosa do potencial construtivo adicional. Como estava vendo que o conjunto de edifícios na Cidade, em vermelho é uma área em que passa do coeficiente básico, ou seja, em função do seu terreno, para você construir, atingir o máximo, tem que fazer um pagamento que está indicado nessa flecha em vermelho, que vai para um fundo público, que é o Fundo de Desenvolvimento Urbano, e esse fundo reinveste tanto para construção, viabilização de moradias populares, como para construção de equipamentos públicos, equipamentos sociais, creches, escolas, sobretudo na áreas mais vulneráveis da Cidade. Então esse é um dos instrumentos.

Tem outros três instrumentos, que é a Operação Urbana Consorciada, que não sei se todos conhecem. As operações urbanas, tem algumas vigentes em alguns projetos de lei, acabou de aprovar Água Branca. Elas ficaram restritas à macroáreas de estruturação metropolitana, ou seja, aqui onde a gente está, nesta subprefeitura, poderia ser feita uma operação urbana em virtude da nossa localização, estarmos numa região com abrangência metropolitana. Também tem a área de intervenção urbana, que já existia no plano anterior, esses dois instrumentos já eram existentes, que poderiam ser feitas no território como um todo

da Cidade. E tem um terceiro, que pode ter um impacto na região, que são as áreas de estruturação local.

Eu trouxe alguns diagramas que tentam explicar um pouco o que é essa área de estruturação local. Vamos supor que isso aqui é uma linha – bastante diagramática, mas pode ajudar na compreensão – de transporte, com essas bolas as estações e a gente tem um córrego, e em roxo aqui esses espaços com favelas ou áreas de risco. Tem como objetivo, essas áreas de estruturação local, aqui em verde, construção de habitação de interesse social, reurbanização de favelas. Aqui construção de espaços públicos livres. Arborização. Aqui, depois entrou bem fraquinho, mas em vermelho, ciclovias, que tentam garantir uma acessibilidade sempre vinculada a um sistema de alta e média capacidade, se possível. E equipamentos público-sociais, ou seja, as áreas de estruturação local são complementares aos eixos de transporte e elas têm como objetivo estimular um desenvolvimento dentro dessas regiões de forma articulada. Então a gente tem que pegar todos esses projetos e articular com o objetivo de maximizar esses investimentos, sobretudo os públicos, na reestruturação desses territórios locais.

Eu vou ser bastante breve para a gente conseguir ir para os esclarecimentos nos debates e para as sugestões, as contribuições, apresentar o terceiro título, que trata da estruturação dos sistemas urbanos ambientais.

São cinco sistemas urbanos e ambientais. Você tem o sistema que chama ambiental, que trata principalmente das áreas verdes. Aí tem o sistema de saneamento, que é água, esgoto e lixo. Aí tem o sistema de mobilidade urbana, que trata das questões de transporte. A gente tem o sistema de equipamentos sociais, creche, escolas, postos de saúde e tem o quinto, que trata da questão habitacional. Vou ser bastante breve, mas esses sistemas todos foram orientados com objetivo de atuar na reversão da vulnerabilidade social, que eram aquelas áreas amarelas, pela qual a subprefeitura aqui do Itaim Paulista apresenta, numa parte significativa do seu território, essas áreas.

Pode passar esse sistema ambiental. Aqui em verde as áreas com essas características. A subprefeitura está aqui, as duas linhas de trem, a 11 e a 12. O sistema de saneamento, que é água, esgoto e lixo. Enfim, o conjunto de intervenções que são propostas com objetivo de estruturar esses sistemas. Aqui no sistema de esgotamento sanitário, assim, todos os rios da região. Enfim as propostas de coleta de esgoto, que estão desenvolvidas no plano. Aqui são as ações prioritárias no sistema de resíduos sólidos urbanos. Vou ser bastante breve nesses sistemas, depois a gente consegue, tanto pelos mapas. O sistema de mobilidade. Enfim, são propostas de ações tanto no sistema viário, são propostas ações no sistema de transporte público coletivo, como ações que priorizem o pedestre e o ciclista na microacessibilidade, nesses traslados mais locais. Aqui as ações prioritárias do sistema viário, enfim, destacando quais intervenções são propostas. Esse mapa já mostrei, mas, enfim, as duas linhas de transporte existente, amarelo os corredores de ônibus, aqui a Jacu-Pêssego, aqui a Aricanduva. Por fim, o sistema dos equipamentos urbanos sociais, que é o quarto desses sistemas. Aqui na região tem um CEU muito próximo da gente. Na subprefeitura a gente tem muito próximo o CEU proposto, aqui na verdade, está em São Miguel Paulista, mas muito próximo da divisa esse novo CEU proposto.

O último sistema de fato é o sistema de habitação que prevê, para além das habitações de interesse social, por meio das zonas de interesse social, no próprio conjunto habitacional tem o Plano Municipal de Habitação e um Plano Municipal de Redução das Áreas de Risco, que são ações propostas que visam estruturar melhor a habitação na cidade de São Paulo. Aproveitando para complementar esse que é o último que compõe os sistemas urbanos, na habitação, para além desses dois planos, que são o Plano Municipal de Habitação e o Plano Municipal de Redução de Risco e as Zonas Especiais de Interesse Social, foi proposto um outro instrumento urbanístico novo, que estava naquela lista grande, que é a cota de solidariedade. A cota de solidariedade foi proposta com o objetivo de em um ano regulamentar as diretrizes que viabilizariam sua construção. O que é a cota de solidariedade? É para os

grandes empreendimentos que são construídos na Cidade, como os grandes shoppings, grandes obras que são feitas, um percentual dessas grandes obras poderiam ser destinadas à viabilização de construção de habitações de interesse social com o objetivo novamente de reduzir a vulnerabilidade urbana e social que é visível em São Paulo. Esse é o mapa que trata das ações prioritárias nas áreas de risco.

Esse é o penúltimo título, que é a gestão democrática do sistema municipal de planejamento urbano. Para que essas ações todas que foram apresentadas se viabilizem, se efetivem, é importante que a gente acompanhe, que acompanhe essas ações, e não só o Poder Público acompanhe essas ações, é muito importante o controle social, que a sociedade civil acompanhe de forma articulada o investimento público nesses projetos estratégicos, bem como a implementação dessas diretrizes.

Para tanto, tem uma série de órgãos que garantem uma interação entre a sociedade civil e o Poder Público para o acompanhamento delas. As audiências públicas, que a gente está fazendo aqui, agora, é uma dessas formas que, nessa parte do Plano, é regulamentada.

Então, eu destaco algumas:

Fundurb, Fundo de Desenvolvimento Urbano. Naquele gráfico, onde aqueles prédios tinham uma parte em vermelho, doavam para o fundo Público. É esse Fundo Público.

CMPU, Conselho Municipal de Política Urbana, que debate, com participação de subprefeitos, a política urbana na Cidade, como um todo.

CTLU, que trata das questões mais legislativas, legais, vinculadas ao Plano.

CPPU, que trata da questão da paisagem.

Conselhos Regionais, que, agora, dia 8 a gente tem a eleição dos Conselhos Participativos, passam a compor esse sistema. Têm alguns regramentos específicos propostos. Na interação deles, especialmente no debate das questões locais.

Por fim, alguns indicadores de monitoramento. Então, se eu construí 100 metros de corredores em dois anos, foram construídos quantos? Oitenta? Cento e vinte? Para conseguirmos acompanhar essas intervenções.

O último título, para constar, que é um título bastante complexo, que trata basicamente do que é preciso ajustar para que essa lei entre em vigor.

Vou fazer só um destaque, principalmente na questão da Jacu-Pêssego. Na Jacu-Pêssego que, junto com a Cupecê são duas áreas em que é proposto um perímetro em que se faz o incentivo ao desenvolvimento.

A Jacu, como a Cupecê, estão na macroárea de estruturação metropolitana, que era aquela mancha vermelho-escuro. E, nessas áreas, elas têm um papel bastante importante no sentido de estimular a geração de empregos e de renda na região.

Então, para além do Plano Diretor, que nessas regiões o CA, o coeficiente de aproveitamento, quanto se pode construir, foi majorado. Então, nessas áreas pode construir mais, mas, mesmo assim, tem de garantir a otimização na cota parte, que é o instrumento que eu expliquei, que seja uma densidade só de concreto, mas que tenha pessoas morando. Nesses locais, é um estímulo à geração de emprego, fazendo com que os usos de comércio, serviços, nessas áreas que trazem emprego, não pagam outorga, além de poder construir mais.

Mas, para além do Plano Diretor, nessas áreas com o objetivo de, de fato, estimular o desenvolvimento econômico da região, foram propostos, por meio de um projeto de lei da Prefeitura, um conjunto de benefícios fiscais para essa mesma região, para o mesmo perímetro da Jacu-Pêssego, que seriam a isenção de ISS, o percentual mínimo possível; e do IPTU.

Só para concluir, que é uma questão fundamental para a região Leste que é, na Jacu-Pêssego um perímetro de desenvolvimento econômico, que se faz por meio de um conjunto de instrumentos que visam trazer emprego e renda para a região.

Acho que era isso.

Obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Fernando.

Vamos dar início, então, à nossa escuta.

Tem a palavra o Sr. Marlon, Chefe de Gabinete da Subprefeitura do Itaim.

O SR. MARLON – Bom dia a todos.

Quero agradecer a presença do nobre Vereador Nabil Bonduki; do Fernando, que veio representando a SMDU.

Tenho certeza de que esta reunião proporcionará para todos um debate que vai trazer elucidações e crescimento para nossa região.

Desejo uma boa reunião, que todos possam participar com entusiasmo.

Obrigado pela presença de todos. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Marlon.

Tem a palavra o Sr. Wesley Alves de Lima, da sociedade civil.

O SR. WESLEY ALVES DE LIMA – Bom dia a todos.

Gostaria de fazer uma pergunta ao Presidente da sessão, Nabil Bonduki, com respeito à urbanização de favelas.

Existia um programa, não sei se ainda existe, para o quadriênio inicial de até 2016, a urbanização de favelas Águas Vermelhas, e foi falada dessa questão de vulnerabilidade, foi discutido e isso é bem amplo, dentro do projeto que está inserido, que é o de autoria do próprio Nabil Bonduki.

Gostaria de saber, efetivamente, quando se fala de urbanização de favela, nessa região da Água Vermelha, qual é o plano? O que tem de efetivo para se iniciar dentro dessa nossa realidade?

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

A gente vai ouvir todos e, depois, vamos respondendo.

Tem a palavra o Sr. Hélio Dias Bezerra, Conselheiro Tutelar.

O SR. HÉLIO DIAS BEZERRA – Bom dia a todos.

Hélio Dias Bezerra, morador da região de Itaim Paulista, Parque Santa Rita. Fui Conselheiro Tutelar de 2005 a 2008 e atuo, agora, como Conselheiro Gestor na área da Saúde. Enfim, estamos caminhando para visar uma qualidade de vida para nossa região e para toda a cidade de São Paulo.

Estamos trabalhando não só para o nosso bairro, mas é uma discussão ampla que já vem há muito tempo caminhando e que requer um envolvimento de todos nós, da sociedade civil, fazermos com que toda nossa cidade possa alcançar melhor qualidade de vida.

Mas, vou falar um pouquinho de nós, do Itaim Paulista. Todos sabemos, e muita gente conhece, a nossa realidade, a realidade do Itaim Paulista.

E aí você citou essa área amarela, né? Todo mundo percebeu que a área amarela é a maior. Não temos ponto de cultura aqui no nosso Itaim Paulista, infelizmente. Mas é uma questão que tem que ser bem trabalhada no nosso Itaim Paulista. Claro, no só no Itaim Paulista, em toda a cidade, mas é que o Itaim Paulista sofre muito com isso.

Em relação à questão da vulnerabilidade, temos falado com o nosso chefe de gabinete, o Marlon, e com todos da subprefeitura, sobre a questão da educação.

Educação abrange uma questão ampla. A creche, por exemplo, é o início da educação. Todos nós sabemos que da creche o indivíduo vai até a universidade. Aqui, no Itaim Paulista, por incrível que pareça, temos quatro mil crianças fora da creche. Todo mundo sabe disso. Eu digo três mil crianças fora da creche. Mas nisso aí estão envolvidas aquelas mães que vão às portas das creches para a sua criança e recebem um “não” do funcionário. E ela volta para casa porque não reconhece os seus direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, o art. 54 do ECA. Ela volta para casa sem inscrever a sua criança. Ela está fora, completamente, desse direito, porque não cai na Coordenadoria de Educação. Então eu imagino que o Itaim Paulista tenha ido de 2.500 a 4 mil crianças fora da creche, e isso temos de rever, porque é triste. É um direito de todos – rico, pobre, amarela. Essa mãe tem esse

direito. E é uma questão de resolver a longo prazo. Essa revisão de Plano Diretor Estratégico é de dez anos, não é isso? Estamos no caminho. Então é preciso, mas nós estamos atrasados 30 ou 40 anos. Olha só. Então é preciso que haja um controle social com afinco mesmo.

Fomos nós que colocamos o Haddad, sim. Com certeza, foi nós. Eu trabalhei de motorista. Eu tinha uma Kombi, que me roubaram, e agora fiquei sem nada. E trabalhei não apenas como motorista, porque também fiz uma campanha acirrada para o Fernando Haddad. E não tenho vergonha de falar. E conseguimos, graças a Deus. Conseguimos. Mas aí, pessoal, eu falo isso, mas eu volto atrás. Eu tenho que dizer isso: estamos atrasados.

Temos um terreno muito grande próximo da Água Vermelha. E o Fernando Haddad tem 20 CEUs em seu plano de metas. Eu não sei se já viram esse terreno grande lá. Mas que esteja nesse plano a construção de mais um CEU para nos contemplar. Isso porque a área desse Jardim Nazareth, e parte do Jardim Robru – não aqui do Jardim dos Ipês, que já cai aqui no CEU. Mas estamos naquele meio que está sendo um pouco desfalcado. Nós temos o Jambeiro lá embaixo, que contemplou aquela favela de Guainases. Vocês sabem, né. Temos o Curuçá. Mas estamos naquele meio ali, e precisa. E outra que vai contemplar a criança, a terceira idade, nós...

Para concluir, queria falar sobre o projeto linear, que hoje tem outro nome. É um sonho daqui da região, tanto um sonho de lá do fundão do Itanhim, que é o Tijuco Preto, o projeto linear. É fazer na beira dos córregos uma linha de caminhada para o pessoal, que não é tão caro. Revitalizar esses rios, esses córregos, e fazer dois metros de caminhada para nós fazermos as nossas caminhadas.

Em relação à segurança pública está terrível. Está certo que melhorou um pouquinho com a questão da iluminação. Temos que elogiar, que era um sonho ter uma iluminação melhor, e está aí. Mas a questão de segurança pública vai além: é acolher nossas crianças e adolescentes em situação de risco social.

Na sua rua, tem aquele grupinho que nasceu junto com você, e você conhece aquela criança, e não nasceu um usuário de droga. Ele, hoje, é um usuário de droga pesado. E você faz a sua intervenção breve, mas você não consegue resgatá-lo, porque o Estado não dá essa...

Então é preciso que trabalhemos essa questão de acolhimento do adolescente. Não sei de que forma. Mas temos de fazer um galpão de acolhimento para o moleque jogar a sua bolinha. Ter aquele líder que chegue e fale: “Olha, para com isso, vai lá, joga a sua bolinha lá. Quando você vier da escola, vamos lá conversar um pouquinho, jogar um dominozinho, jogar uma bolinha.” Coloquem isso.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Hélio. Tem a palavra a Sra. Veraldina, do Grupo de Apoio Vivendo com Alegria.

Queria só falar para vocês, só para a gente já ir trocando uma bolinha: tem assuntos que são de Plano Diretor, e assuntos que não são, embora sejam importantes. O Plano Diretor trata da estruturação física, urbanística e ambiental da cidade. Então tem assuntos da área social que são importantes, sobretudo quando diz respeito à localização de equipamentos – áreas com ausência de equipamentos sociais, como escolas, CEUs, centros culturais. Mas tem assuntos que não serão resolvidos no Plano Diretor. Digo isso para que possamos focalizar naquilo que é, de fato, assunto de Plano Diretor. O Fernando fez uma boa apresentação de vários aspectos, e existem outros que ele não apresentou, porque não dá tempo de apresentar tudo. Mas assim, por exemplo, serviços de saúde, não a localização do equipamento. Ou a segurança, de uma maneira mais geral. Esses são assuntos que não estão diretamente ligados ao Plano Diretor. São assuntos importantes para a cidade, mas são tratadas em outras políticas públicas. Então vamos em frente, e de forma bem objetiva, tratando dos assuntos que realmente podem ser enfrentados na proposta.

A SRA. VERALDINA – Bom dia, gente. Meu nome é Veraldina. Sou presidente do Grupo de Apoio Vivendo com Alegria, onde estão matriculados 198 idosos, e eu faço entrega

de leito aos idosos. E dez anos se passaram comigo atrás de um centro de convivência para a terceira idade e não consegui, porque não era para fazer licitação, era para ser direta. Tenho todos os documentos todos em casa, em mãos, tudo feito. Então são 13 anos pagando aluguel, pagando dois professores, luz e água. São dois professores, um de educação física e outro de canto, a fim de atender o idoso, para que eles não fiquem casa com depressão, porque muitos foram para lá falando que eles estão com depressão. Hoje, graças a Deus, estão curados. Está nessa situação. Nós precisamos de um centro de convivência. Foi feito, sim, mas foi passado para outro que não fez nada. Minha luta foi por 10 anos. Tenho como provar. Saiu no jornalzinho. Saiu até no diário oficial, no entanto, na gestão passada, ficamos a ver navios.

Tenho mais um pedido: sou moradora no Itaim há 59 anos; há 45 anos moro na Rua Manoel Barbalho de Lima, e, no fundo da minha casa, passa esse Córrego Ribeirão Lajeado. Já recuei o muro várias vezes. É o terceiro muro que cai. Tem quatro anos que está caído, amarrado numa corda, no pé de manga, porque não posso fazer esse muro. Sou pensionista, graças a Deus, mas não dá para fazer. Já perdi 5 metros do meu terreno, do qual tenho a escritura e tudo. E ninguém aguenta o mau cheiro. Todo o esgoto de Guaianases até o Rio Tietê, onde vai desembocar, está dentro desse córrego. Eu gostaria de ter uma resposta porque, em todas as gestões de governo, estou aqui fazendo o mesmo pedido. Tomara Deus que, dessa vez, nós sejamos atendidos.

Era só isso.

Muito obrigado.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da Federação dos Empreendedores e Moradores do distrito Itaim Paulista e território, instituição na Marechal Tito, hoje, venho saudar as autoridades da mesa, todos e todos os presentes. Essa instituição é um órgão de uma organização mundial, cuja central está sendo organizada em 95 países. Defendemos a cidade do futuro, a cidade de São Paulo, com uma meta de 800 quilômetros de metrô subterrâneo, 300 quilômetros de metrô para o ano de 2021.

Há 20 anos, apresentamos um projeto de mobilidade avançada para a cidade de São Paulo, que previa 300 quilômetros de metrô subterrâneo para 2012, e era fácil de fazer, mas as autoridades retrocederam e implantaram a corrupção no sistema de metrô e trânsito da cidade de São Paulo, porque só o dinheiro roubado pelo Governo do Estado daria para ter construído uns 300 quilômetros até 2012. Quando se começou a construir o metrô na cidade de São Paulo, começou na Cidade do México. Hoje, o México tem 250 quilômetros de metrô, e São Paulo, 60 quilômetros.

Também debatemos outras ações nas audiências públicas do plano diretor e no plano de metas, que era a isenção de impostos para as empresas se instalarem nos territórios da região Leste, a mais populosa da cidade de São Paulo, com territórios que têm mil moradores para disputarem uma vaga de emprego, mas a forma como o projeto foi para a Câmara, o Executivo só previa isenção de duas empresas. Têm que prever isenção para a indústria, que é um grande polo de geração de emprego.

Outra coisa são as ZEIS. As ZEIS 1 só prevê a regulamentação – é o que está pautado na lei do plano diretor – só para a moradia de interesse social, que já está construída. É preciso incluir a ZEIS 2, 3 e 4, prevendo a construção avançada de moradia de interesse social, inclusive, nos corredores.

Vou encerrar porque tem muita gente para falar. Era o que eu tinha para cientificar no momento.

Obrigado pela palavra. (Palmas)

O SR. NOGUEIRA – Bom dia, quero cumprimentar a Mesa em nome do Nabil, cumprimentar os companheiros que, nesta manhã de sábado, estão aqui para reivindicar e contribuir para a Prefeitura, para a melhoria da nossa comunidade.

Estou vindo aqui porque moro ao lado, na Rua Jabiru, onde com o nosso Governo Luiza Erundina, começamos a duplicação da Nordestina, como ela pertence mais à Subprefeitura do Itaim, tenho duas propostas, inclusive, o senhor falou de um lote grande que

temos aqui na Curuçá velha, na Rua Notilho, ao lado da Escola Maria Regina, um terreno com 5 mil metros quadrados, que dá para construir o CEU Curuçá, porque o CEU que há não tem nada a ver com a gente da Curuçá. A outra situação, Nabil e companheiros, falaram da questão da Água Vermelha, trabalho como motorista de ônibus e ali na descida da Rua Cônego Antonio Base, tem dia que não dá para os ônibus passarem porque o povo joga todo entulho de construção e tomam conta da avenida.

Então, gostaria que a Subprefeitura tomasse algumas providências. Inclusive, o senhor falou a respeito de organizar um local para caminhadas – moro a 100 metros do córrego e acho importante o investimento lá, como estamos fazendo no E. Carvalho, na comunidade.

Nabil, vou deixar com vocês a proposta e o abaixo-assinado. Foi protocolado no dia 03/10 na mão do Prefeito, quando estive aqui visitando o Itaim Paulista. Tivemos uma reunião com o Engenheiro Arnaldo JB e o pessoal da Subprefeitura de São Miguel em Siurb. Já estive na São Paulo Transporte porque o nosso objetivo é contribuir. Essa questão do córrego Água Vermelha, o CEU que nós vamos reivindicar – está aqui o endereço.

Muito obrigado.

Bom dia e um bom final de semana para todos. (Palmas)

O SR. EDSON COQUEIRO FILHO – Bom dia a todos. Para quem não me conhece, meu nome é Edson, sou empresário, Presidente da Associação dos Empresários do Itaim Paulista, tenho um restaurante chamado Restaurante Duarte. Hoje eu queria falar um pouquinho – cheguei atrasado e não consegui pegar algumas explicações – sobre o sistema de zoneamento do Itaim Paulista, uma das áreas mais ocupadas com empresas tem um projeto para ser destruída, para fazer um terminal e alguns corredores de ônibus. Essas outras ruas em volta do Itaim Paulista, não têm o zoneamento que permite empresas para a região. Como a gente vai fazer para gerar emprego no Itaim Paulista? A gente está destruindo o centro e não está ampliando as outras ruas para que essas empresas se agrupem em volta do centro comercial do Itaim Paulista. A gente tem que discutir isso para não perder mais empresas no

Itaim Paulista, porque uma das nossas propostas é gerar mais emprego e renda na nossa região. Com essa vinda do terminal e do corredor prevista para Itaim Paulista, perderíamos mais de 300 empresas e não teríamos ruas para suportar, dentro do sistema de zoneamento, a realocação dessas empresas dentro da nossa região.

Outra questão é o sistema da Dom Geoneri. Temos um rio que passa paralelo com a Dom Geoneri até Guaianases onde será feito um corredor. Por que a Prefeitura em vez de utilizar o alargamento da Dom Geoneri não coloca isso no rio? Você canaliza o Rio Lajeado, que liga do Itaim a Guainases, você canalizaria o rio, tiraria aquelas favelas da zona de risco, onde alaga toda vez que chove, e faria o corredor, mantendo as empresas que estão na Dom Geoneri, não precisaria desapropriar tantos imóveis e empresas para fazer um corredor de ônibus, sendo que nós temos um rio, que na sua margem só tem favela, zona de risco. Por que não fazer isso em vez de desapropriar na Dom Geoneri, você mataria as duas coisas: canalizar o rio, tirar as pessoas da zona de risco e abriga-las em habitações, e faria o corredor na beira do córrego.

É um dos pedidos que gostaria que vocês analisassem nesse plano diretor, além de ampliar, como falei anteriormente, o sistema de zona, permitindo que o comércio se expanda um pouco mais.

Era só isso.

Obrigado a todos. (Palmas)

O SR. JHONY SERTORI DA SILVA – Bom dia a todos. A primeira pergunta, Nabil, é sobre o critério para a revitalização de favelas. Qual o critério usado para revitalizar ou urbanizar, que é uma das questões que a gente tem. Vemos muito isso na zona Sul. Tudo o que sai em jornais e revistas sempre tem nas favelas da zona Sul. A zona Leste, nesse âmbito, coloco como esquecida.

Também tem a questão da regularização fundiária que também está no plano diretor. Faço um pedido como Itaim Paulista e São Miguel Paulista, porque nesse eixo não

existe uma faculdade, uma escola técnica; não existem equipamentos de cultura com qualidade. Hoje, qualquer jovem que precise fazer um curso tem que se deslocar para outras regiões, uma faculdade está sendo construída em Itaquera. Aqui temos um número grande de jovens que às vezes nem condições de trabalho tem e daí precisa pagar condução e o custo é muito maior, em vez de fazer o curso, vai priorizar a sobrevivência que é o trabalho, é obrigado a trabalhar e não consegue. Um dos pedidos ao nosso Prefeito é que institua serviços de qualidade porque não adianta fazer escola se não tem também professores qualificados para poderem dar ensino de qualidade para nossos jovens aqui. Precisamos de equipamentos públicos de qualidade.

No Itaim Paulista temos uma casa de cultura que é só a casa. Curuçã não tem por causa do deslocamento. Temos quase 400 mil habitantes dentro do nosso bairro. Se você olhar São Miguel Paulista, são quase 500 mil. Se pegar a baixada onde mora o JB, não tem nada. Mal tem transporte. Só temos casa para morar e dormir. Parte do dia, trabalha e no fim de semana, se não for botecos e bocas de fumo, os que têm condições vão para outras regiões curtir porque não temos nada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. Miraldo Goes, Diretor do Núcleo Econômico do Itaim.

O SR. MIRALDO GOES – Bom dia a todos. Dizem que o desenvolvimento tem de ser local e o que eu entendo sobre isso é trabalho e renda onde você mora. O gestor a partir do momento que é eleito estamos colocando na mão dele uma gestão, é o nosso representante legal. A aproximação do plano de gestor com a comunidade é perfeita, mas o plano diretor tem de escutar a comunidade. Aqui no plano não tem a câmara econômica, o núcleo de desenvolvimento local, as entidades que realmente são representativas legalmente.

Fiquei sabendo que iam construir um terminal, mas vem cá, trabalho aqui, sou colaborador desde 2006. Trabalho para a renda e o trabalho ficarem aqui, não sei porque o Plano Diretor quer tirar tudo isso?

A Câmara de Animação Econômica é formada com empresários, associações, com todos os gestores da região. A Dona Everalдина desde que a conexão não consegue fazer o trabalho dela.

O Plano é para comunidade, ou não? Temos de ter uma resposta. Sem aproximação das associações, empresários, não adianta falar nada. O importante é o coletivo. O trem continua lotado, ônibus também. Há área para indústria e comércio, têxtil. Fui no Sinditextil, como representante legal para trazer trabalho aqui para a região. O pessoal sai daqui para ir para lá.

Está na hora da ação.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. Cesar Augusto.

O SR. CESAR AUGUSTO – Gostaria de falar da questão das favelas. No Itaim tem uma particularidade que não tem um conglomerado de favelas enormes, a geografia daqui é diferente. Temos pequenas favelas. Observando todos os planos da cidade, todos os projetos que tem de construção de parque linear há sempre um grande problema. Todo mundo fala que é bonito e a ideia do Plano de trazer emprego para mias perto é bonito só que, quando há uma obra, os moradores são expulsos, porque são pequenas favelas, pagando uma quantidade mínima com o bolsa aluguel, que hoje são 400 reais, e a proposta que faço é que não seja feita nenhuma operação urbana sem a garantia de que essas pessoas terão algum lugar para morar, ou que esse valor de 400 reais é um valor defasado, não se aluga nada em São Paulo por esse valor, feito em 2004. Essa é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra a Sra. Sueli Cristina Moreira, líder comunitária da Encosta Norte.

A SRA. SUELI CRISTINA MOREIRA – O conjunto habitacional da Encosta Norte tem 25 anos, os prédios 19 e foram esquecidos pelo poder público. Estão fazendo a regularização, mas nos prédios não. Não temos posto de saúde, veio a verba regional, pela subprefeitura... não temos parques lineares, só boca. Vai se fazer alguma coisa para o Itaim,

estão recapeando a Av. Marechal até a subprefeitura. É que nem o pessoal que fala que mora na zona Leste, o Tatuapé é zona Leste, depois sabe Deus o que é. Por quê? Sai daqui para trabalhar lá, pode por carreta que vai lotar. Terreno é que não falta nesse lugar. Engraçado como as grandes incorporadoras conseguem achar terreno e a CDHU, Cohab, não conseguem porcaria de terrenos para construir, ou, quando acha, joga o povo no fundão. Mas, pertencem a São Paulo, vão ter de me engolir. Os problemas são os mesmos. Aliás, só piora, quando vai acabar? São 55 lá na Câmara Municipal, será que algum vai lembrar da zona Leste, ou só na eleição.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra a Sra. Shirlene Chaves, coordenadora da Câmara de Animação Econômica.

Lembrando que o Plano Diretor está instituindo instâncias públicas de gestão e controle social, isso não elimina a importância das organizações sociais, elas podem apresentar propostas para o Plano e estabelecer interlocução, o Plano reconhece, mas não são entidades públicas, são autônomas do poder público, mas podem atuar a partir das instâncias de participação criadas pelo poder público, como o conselho participativo, etc.

A SRA. SHIRLENE CHAVES – Bom dia. Trabalho na Subprefeitura no setor da Câmara de Animação Econômica. É um setor que foi criado pelo antigo subprefeito e o foco é geração, trabalho, renda e desenvolvimento local. Fizemos vários fóruns com a população, então, quem delimitou a Câmara foi a população. Na época tivemos 88 oficinas que determinaram 5 câmaras, então, contemplamos várias pessoas, na reciclagem, que é forte e foi iniciada na Câmara de Animação. Com relação à cultura, foram feitos cursos, na época, e só para deixar claro que alguns projetos como o Parque Linear dos seis grandes córregos iniciou devido a Câmara. O projeto Florir também iniciou em 2007 aqui no Itaim Paulista e se expandiu por São Paulo.

Há o Plano Diretor Estratégico e o Plano Regional e a Câmara estava inserida no Regional. Hoje, temos projeto de costura trazendo a indústria para o nosso bairro. Desde 2007

capacitamos 140 alunas anuais. O projeto visa capacitar o povo do nosso bairro e também para que possa trabalhar aqui. São várias oficinas de costura que acabam trazendo o emprego para a região.

Em vez de construirmos vários terminais, trazemos a indústria para perto da sua casa. Evita que várias pessoas, cerca de 25 mil, peguem o trem todo o dia para ir trabalhar no Centro. O desenvolvimento que a Câmara propõe é a gestão pública, que trabalhe e gere renda na região. São várias cooperativas aqui no bairro.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. José Nogueira.

O SR. JOSÉ NOGUEIRA – Bom dia. Moro no Itaim há seis anos, também moro no Encosta Norte. Há muitos anos o Nabil trabalha nisso e se discute em São Paulo, mas tem algumas coisas que não vejo avançar, não sei se é porque não tenho clareza da gestão, se é estadual, municipal. O Seagesp, por exemplo, muita gente atravessa o estado para ir levar mercadoria. O povo sai da zona Leste para ir de madrugada pegar mercadoria para fomentar toda a zona Leste.

Quando falamos de Plano Estratégico fico vendo que no Itaim Paulista só tem moradia, é uma cidade dormitório, mas maior do que muitas cidades do interior. Está tudo emendado, são muitas cidades. Não é possível que não se pense em uma descentralização, ajudaria no fluxo do trânsito e vai resolvendo.

Moro há 45 anos em São Paulo e a estação rodoviária sempre foi aquela do Tietê, tem a da Barra Funda, mas não era possível trazer outra para próximo do Itaim? Ajudaria resolver. Há vários bairros que tem um mercado municipal, em São Miguel Paulista, por exemplo, tem um que perdeu a característica de mercado, porque não serve para o povo pobre e humilde. As coisas são caras. No Itaim devia ter um mercado municipal. São coisas que valeria a pena o Plano Diretor investir.

Acompanho há muitos anos o parque linear da Várzea do Tietê, que entra e sai governo, e tiram as pessoas, outros reocupam e vai ser a obra mais cara do Estado de São

Paulo porque tem 20 anos que estão fazendo remoção de famílias dali e antes de começar uma obra já está reocupado novamente. Em vez de o desenvolvimento seguir a cidade bairro, vai picotando. Vão fazer uma obra de contenção de enchente e quando vierem as chuvas vamos ver o que vai acontecer entre Itaim e Ermelino Matarazzo. Não há uma harmonia do desenvolvimento. Fica picotando.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Gostaria de traduzir de maneira mais simples a apresentação que o Fernando fez para vermos como as questões que foram levantadas por vocês estão caracterizadas no Plano Diretor.

Primeiramente, trazer trabalho e renda para o Itaim e zona Leste. Esse é um objetivo central do Plano. A estratégia é aproximar trabalho da moradia. O que precisamos estudar melhor é se o que está proposto como instrumento urbanístico e ações previstas garante que isso aconteça.

O Edson falou do problema do zoneamento. O Plano está propondo uma mudança importante, pois o que está em vigor, nas ruas locais, foi estabelecida uma regra que atividades não residenciais maiores não podem se estabelecer em ruas locais. A lógica era de uma cidade planejada, com ruas mais estreitas que não seriam compatíveis com atividades que gerariam mais impacto. O problema é que São Paulo só tem ruas estreitas e ruas locais nessa classificação. Isso cria empecilhos para implantação de estabelecimentos não residenciais.

O Plano está propondo uma disposição transitória para alterar isso. É transitória porque o zoneamento é estabelecido por prazos, haverá uma segunda etapa. Algumas disposições o Plano pode colocar para valer a partir da aprovação do Plano até a mudança do zoneamento. Atente razoavelmente essa questão, mas poderá gerar outros problemas. De repente se estabelece atividades com grande impacto numa rua local, isso precisa ser bem estudado.

Alguns eixos importantes, em especial, na Jacú-Pêssego, a outorga onerosa é isenta para atividades não residenciais, ou seja, podem ser feitos prédios comerciais sem se

pagar a outorga, no restante da cidade terá de se pagar e também tem redução do ISS para 2% e isenção do IPTU, para atividades não residenciais de certos tipos.

Quais seriam as regiões dentro da zona Leste além da Jacú-Pêssego que poderiam ter esses incentivos? Essa questão temos de precisar. Outras regiões da zona Leste também teriam de ter isenção. A Câmara de Animação Econômica é importante nesse processo para identificar as atividades e os tipos de fomento que devem ser feitos para maior abrangência.

Há questões que são gerais e outras no Plano Regional, que vem após o Plano Diretor. O Plano Diretor precisa trazer as diretrizes e apontar aquilo que precisa ser trabalhado em termos de desenvolvimento econômico. Não vamos resolver o problema da mobilidade fazendo mais trens, metrô e ônibus.

Uma coisa é um corredor de ônibus no Itaim Paulista, outra coisa é o novo metrô que vai passar no Anália Franco e na Penha. É outro tipo de transporte que é transversal, vai da Vila Prudente até Cumbica e cortar perimetralmente, são radiais. Temos de ter mais habitação produzida onde estão os empregos para reequilibrar.

A zona Leste tem quase 40% dos moradores de São Paulo e apenas 9% de empregos. É por isso que os trens e ônibus são lotados em direção ao Centro, precisamos reequilibrar isso.

Outra questão é a redução da vulnerabilidade social, redução da desigualdade no território, nos bairros da região. Tem de canalizar córregos, fazer o parque linear, prever equipamentos de saúde e educação, cultura. A redução da vulnerabilidade social significa identificar onde precisa ser feito investimento. São ações concretas, mas o Plano tem de orientar essas ações.

A zona chamada amarela, que é zona de vulnerabilidade social, ali é área prioritária para a implantação desses equipamentos. Talvez se pudesse detalhar um pouco mais do que está ali, ou isso vai ficar para um plano setorial. É uma discussão. O que é detalhar um pouco

mais? Dentro do Itaim há regiões que são atendidas pelo CEU e outras que estão distantes. Há regiões que estão próximas à casa de cultura do Itaim e outras que estão distantes.

O plano diretor com o plano territorial poderia indicar, mesmo dentro de uma zona que como um todo, é uma zona de redução da penalidade social, quais são as regiões mais carentes desse tipo de equipamentos que devem estar próximos das moradias. Essa é uma segunda questão fundamental levantada por vocês. Está contemplada no Plano Diretor, mas talvez está um pouco mais detalhada, terceira questão, a que me preocupo mais, de tudo que foi colocado aqui, a Dom João Neri, para poder se fazer corredor de ônibus como está sendo pensado, com um padrão de BRT , sigla em inglês, que significa corredor de ônibus estruturado, a esquerda com pré pagamento, ou seja, você entra em uma estação, igual no Metrô, paga fora para depois entrar rapidamente no ônibus, é um sistema que funciona com uma certa qualidade muito superior ao que tudo que temos na cidade. É exatamente nesses corredores que estão previstos o adensamento e muitas vezes esses corredores, e acho que a questão da João Neri, pelo que conheço, para poder implantar isso terá de fazer alargamento. E alguém falou que o corredor da João Neri, que já é um corredor comercial, diz a desapropriação poderá eliminar uma área no corredor comercial importante, Não conheço tão bem como está hoje a Dom João Neri embora já tenha passado lá, e propus uma alternativa. Isso é uma questão, que precisa ser discutida, para ver se de fato, seja o local mais adequado. Isso é estrutural dentro do Plano Diretor, esses corredores formam uma espinha estrutural. Não pode haver equívoco nessa espinha dorsal. Já se prevê fazer uma intervenção que depois vai se mostrar inadequada gerando um efeito contrário àquilo que se espera. Pode ser que não. Às vezes se transforma muito para conseguir um efeito positivo. Mas isso precisa ser bem avaliado para estudar os impactos colocados.

Nem tudo o Plano Diretor irá definir. Por exemplo, levantaram qual o critério para definir quais favelas serão urbanizadas. Plano Diretor, pelo menos no nível que está colocado hoje, não estabelece prioridades de favelas. As favelas devem urbanizadas. E ele prevê a

aprovação de um plano de Habitação que é outro instrumento específico, se estabelece a priorização das favelas a serem urbanizadas. Então é uma questão de nem tudo, a gente consegue incluir no plano diretor, A mesma coisa talvez possa dizer em relação a equipamentos. Embora, talvez pudesse estabelecer alguma prioridade, algum tipo de critério no Plano Diretor, para que possa seguir. Porque tem muita favela sendo urbanizada na Zona Sul. Na zona Sul existe um programa de recuperação dos mananciais. Existem recursos, inclusive federais, que estão veiculadas a questão da recuperação da bacia do Guarapiranga que abastece de água a Cidade de São Paulo. A impressão que passa é que tem muito mais urbanização. Tem muito mais favelas sendo urbanizadas, nas favelas próximas aos centros expandidos. Isso é um critério que considero inadequado. Mas que está ligado exatamente, desde a administração passada, vamos ver assim, as favelas que estão no Morumbi, Paraisópolis, Real Parque, Ipiranga, Heliópolis, Butantã, Jaguaré, Sapé. Várias favelas que foram escolhidas, Jardim Edith, são enclaves de favelas em regiões de alta renda. Essa uma prioridade que percebemos na administração passada. Ela não pode comandar. Está perto da área de alta renda então se urbaniza, se qualifica aquela favela, e as favelas que estão nas áreas mais populares, na periferia vão ficando para último lugar. Mananciais é adequado, mas o critério de privilegiar as favelas bem localizadas nas cidades, é um critério inadequado que vai contra esse critério de redução das desigualdades que tem de ser feito. Urbanizando uma favela qualifica aquela região, e ela passa atrair mais emprego, mais empreendimentos. Qualificar a região significa urbanizar as favelas da região que significa canalizar os córregos, criar qualidade de vida, fazer parques lineares.

O José Nogueira levantou uma questão muito importante e que o Plano Diretor não trata. Uma questão que talvez temos de pensar um pouco mais, que é a questão do abastecimento. Foram apresentados cinco sistemas: ambiental, saneamento, mobilidade, habitação e equipamentos. A questão do abastecimento é uma questão importante, que a Prefeitura do Município de São Paulo secundarizou, tínhamos uma secretaria de

Abastecimento, não o Ceagesp, que é um órgão federal, embora, sem dúvida nenhuma o Município ocupa espaço no território do Município e precisa ser tratado. Mas a Secretaria de Abastecimento, tratava das feiras livres, dos mercados municipais, e ela foi rebaixada, ficou uma supervisão dentro da Secretaria das Subprefeituras e acredito que hoje não tem política clara de abastecimento na cidade. Essa é uma questão importante, que precisa ser tratada de uma maneira mais adequada e levantou também outra questão, que é a questão da várzea. Fizemos uma audiência pública em São Miguel, essa questão foi tratada muito superficialmente em São Miguel. Acredito ser um tema muito importante. Tema ligado a parque linear, saneamento, drenagem, habitação, urbanização e a esse eixo da estrada de ferro, que tem o lado de cá, que está para o Itaim e o lado de lá, para o Jardim Helena. O Plano está propondo o adensamento ao longo do eixo de transporte coletivo. Está propondo um adensamento a 400 metros do entorno da Vila Mara, por exemplo, no entorno da estação Itaim e ao longo da Estrada de Ferro. É necessário que olhemos com certo cuidado essa região para ter uma estratégia, região que tem fragilidades e ao mesmo tempo está ocupada com 130 mil pessoas que estão morando, estão vivendo, É claro que temos de trabalhar com a ideia de que estamos na estrema da estrema periferia da cidade. Se fizermos um raio partindo da Praça da Sé, marco zero da cidade, e a ponta na extremidade do Itaim Paulista, vão verificar que não existe nenhuma outra área urbanizada no Município de São Paulo, que está tão longe da Praça da Sé. Se pega essa ponta até a Praça da Sé, é a maior distância que temos. Mesmo aqui para o Sul, embora no Sul temos uma distância maior do Município, essa região praticamente zona Rural, não tem nada aqui. A região aqui do Itaim Paulista, é região mais distante de qualquer outra região. Estamos no lugar mais longe da Praça da Sé, de qualquer área urbanizada da cidade. O que está proposto na Jacu Pêssego é a centralidade que está sendo proposta para a zona Leste. Está mais ou menos a 28 km da Praça da Sé e está mais ou menos uns 10km da ponta do Itaim. A Jacu Pêssego que é a centralidade da zona Leste, ainda estará a 10km da ponta do Itaim, Distância do Tatuapé e do Morumbi. É uma distância razoável. Estamos

realmente em um lugar muito distante do Centro. Então uma cidade que cresceu de uma maneira radiconcêntrica, ou seja, com atividades concentradas aqui, não só no centro, como na zona Sudoeste: Av. Paulista, Faria Lima. Essa região que vai do Tatuapé até Pinheiros, Lapa, Vila Mariana e Sé, essas subprefeituras tem 70% do emprego, em um raio de menos 10km da Praça da Sé. É esse o drama que vivemos na Cidade de São Paulo. É isso que precisamos reverter. Precisamos ter instrumentos legislativos, instrumentos de gestão, ações do Poder Público, muito trabalho para mudar esse quadro que a história de a cidade gerou uma periferia sem equipamentos, sem emprego, vulnerável e precisamos reverter esse quadro. Esse é o nosso grande desafio, aqui para os próximos anos, para o horizonte temporal do Plano Diretor. Temos de fazer uma revisão para o Plano Diretor a cada dez anos. O horizonte temporal do plano diretor pode ser maior que esse. Ainda ira precisar, no substitutivo que será feito, tudo que estamos falando, temos projeto que vocês conhecem, seria importante todos lerem, conhecer, mas esse projeto deverá ser alterado a partir dessas audiências públicas, dessas análises que estamos fazendo, e dos próprios trabalhos que a Secretaria, desde que entregou o Plano continua fazendo, e vamos ter uma proposta que será uma proposta, que corresponda as expectativas mais gerais da nossa sociedade lembrando bem, que um plano diretor não é de um governo. Um plano diretor atravessa vários governos. Esperamos que daqui a dez, doze anos, teremos uma administração que nem sabemos quem será o Prefeito da época. Mas ele obrigado a seguir as diretrizes do Plano Diretor. Vamos fazer um projeto para Cidade. Precisamos ter um amplo apoio da sociedade, precisamos ter um pacto entre toda cidade, um pacto entre os vereadores, as entidades da sociedade civil, todas as regiões da cidade concordarem com o projeto, projeto para fazer com que haja mais mistura e menos desigualdade, melhorando a vida de todos. O Plano Diretor é um instrumento importante, por estarmos fazendo esse esforço, está ouvindo todos vocês, e poder, dessa maneira, chegar no melhor projeto, sabendo que o planejamento não vai acabar no Plano Diretor, vai continuar entrando nos planos regionais. Parabenizo vocês aqui do Itaim, por estar com essa questão,

não é toda a subprefeitura que tem uma Câmara, como vocês têm, de desenvolvimento local. Uma coisa fundamental. Não adianta ter só previsto um plano diretor, se não tiver um desenvolvimento local, não tiver gente organizada buscando viabilizar condições para gerar emprego no lugar e batalhando para isso, não vai se alcançar objetivos gerais temos de ter essa sinergia, entre o local e o geral e o municipal e até com o metropolitano. Temos de lembrar que vamos na ponta aqui encostado com Ferraz, Itaquaquecetuba, Poá e Guarulhos. Tudo isso nos faz ter de pensar essa articulação metropolitana. Esses municípios também são dormitórios. Com exceção parte de Guarulhos. Se esses municípios se transformarem em centralidades importantes vamos ter menos gente no trem. O trem já vem cheio. O desenvolvimento tem de sair para fora do Município. Essa é visão metropolitana, infelizmente, perdeu-se esse conceito de um planejamento metropolitano que tem de ser recolocado agora.

Estive com prefeito de três municípios na zona Noroeste: Caeiras, Cajamar e Franco da Rocha, que fica na outra ponta do Município e eles vieram conversar conosco, porque acreditam que tem de se pensar um plano de desenvolvimento para a região Noroeste do Município, que seja Perus junto com os outros Municípios. Diria que vocês aqui do Itaim tem de começar a se articular para que o Itaim também se articule com Guarulhos, Bairro dos Pimentas, Poá, Itaquaquecetuba, Ferraz, para pensar um programa de desenvolvimento para essa ponta que é o do chamado do alto Tietê. Até existe um consórcio. Consórcio do Alto Tiete, que envolver os Municípios do Alto Tietê. A subprefeitura do Itaim e São Miguel, são partes do Alto Tietê, deveriam também fazer parte desse consórcio para pensar um plano de desenvolvimento. Por essa razão a descentralização do município é importante e por ai que podemos avançar.

Agradeço muito a presença de todos. Obrigado e passo a palavra ao Sr. Fernando.

O SR. FERNANDO – Obrigado Nabil, serei breve aqui na minha fala. A questão fundamental com relação ao processo participativo, que na primeira minuta, teve uma série de audiências públicas que debateram a primeira proposta, onde as zonas especiais de interesse social que ajudam a viabilizar a questão das HIS, habitações populares, elas não estavam

grafadas no mapa. Apenas definir o que era. O que aconteceu? Em virtude do processo participativo as Zeis foram ampliadas em 23%. Nessa atual conjuntura em uma nova fase do debate, é muito importante trazer essas questões, o Nabil elencou uma série delas pertinentes, trazer, fazer essas considerações de fato, tendo em vista as especificidades da região, mas tendo também em vista o desenvolvimento da cidade como um todo para que tais propostas possam se ser aprimoradas, como a questão do fundo de vale. Na Estrada Dom João Neri, não é radial e sim perimetral, ou seja, é importante do ponto de vista do desenho que ela articula diferentes regiões da zona Leste, não faz simplesmente o transbordo levando os trabalhadores das regiões mais periféricas para o centro, pelo contrário, ela articula diferentes regiões da zona Leste. Nessas áreas que são os eixos de estruturação na transformação urbana, está previsto o incentivo de 20% ao uso não residencial. Nessas cidades que são tidas, subprefeituras, áreas da cidade que são tidas com características com predominância do uso habitacional, esse incentivo de 20% para usos não residenciais é fundamental como uma das estratégias para incentivar a geração de emprego e renda na região. Se pegarmos toda aquele eixo ao longo da estrada da João Neri, na medida em que forem implementado o corredor, passaria a ter esse incentivo que na hora de pagar a outorga onerosa, o empreendedor tem um abono de 20% para os usos não residenciais. Podemos calibrar melhor isso em função das diferentes regiões da cidade. Talvez se aqui tem uma demanda maior por empregos podemos estudar como ampliar esse tipo de estímulo. O momento agora, de fato, é muito importante que essas contribuições que foram feitas, no caso dessa questão, sejam encaminhadas para a Câmara para que possam ser enfim avaliadas da melhor maneira possível.

As duas últimas questões bastante objetivas respondendo também ao Zezão e a questão do Laerte, com relação à logística e as indústrias no plano diretor. O Vereador Nabil colocou essa questão e de fato o processo participativo é uma reincidência. Essa questão da logística apareceu no processo participativo quando estava no Executivo e foi incluída, mas de

forma ainda bastante embrionária, um sistema que trata disso. Acho que de fato há questões a serem desenvolvidas.

Por fim, a questão das indústrias. Elas foram reconceituadas, as antigas ZEPIS(?) foram tratadas como Zonas Especiais de Desenvolvimento Econômico. Alguém até falou que a questão das indústrias tem papel importante na geração de empregos.

Outra questão colocada pelo Vereador Nabil para entendermos o que estamos discutindo agora, se a questão do zoneamento é no momento futuro. No ano que vem muito provavelmente essa discussão será travada, mas a questão das indústrias, de maneira geral, o objetivo que o plano coloca é de fato que a gente busque uma reinterpretação dessas indústrias, fazer com que sejam indústrias limpas, verdes, que gerem o mínimo de impacto nos outros usos na Cidade, mas que por outro lado, a gente consiga manter essas indústrias limpas e verdes no espaço da Cidade, em função dessa questão da geração de emprego e renda.

Eram essas as questões que queria trazer aqui como considerações finais e agradeço a presença de todos, Vereador Nabil, o Chefe de Gabinete e dizer que neste momento é muito importante a colaboração de todos. Acredito que a proposta vai ser qualificada em virtude desses debates públicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Registro a presença do Sr. João Santos, Assessor do Vereador José Police Neto e dos Assessores do Deputado Paulo Teixeira; João Antônio; Mentor; Ricardo Berzoini e Wesley Nonato.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Vem falar no microfone.

(NÃO IDENTIFICADO) – A Sueli participou da última Conferência Municipal de Saúde, então ela falou e ficou um pouco solto o que ela pediu. Inclusive, o Zezão falou: aonde, o que é isso, está cobrando o quê?

Em três conferências municipais da cidade de São Paulo fomos contemplados com a construção de um posto de saúde lá no Encosta Norte. Então a Sueli não falou sobre isso e, inclusive, ela participou da última reunião de supervisão técnica da saúde e houve a discussão sobre a construção dessa UBS. Então quero completar a fala da Sueli.

E dentro de Saúde também, quando se fala de vulnerabilidade – estou falando da zona Leste e toda a cidade de São Paulo – temos uma prioridade que vai ao encontro, uma polêmica muito grande, que é o rebaixamento da maioria penal. Não temos aqui na cidade de São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Mas esse não é assunto de plano diretor.

(NÃO IDENTIFICADO) – E nossa zona Leste que cai na vulnerabilidade precisa de um hebiatra, especialidade que cuida do adolescente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Recebi a proposta da Veraldina e uma pergunta do César sobre o IPTU, diz que no conjunto habitacional as casas estão recebendo IPTU, inclusive, dos anos anteriores e não recebiam. É claro que isso não é assunto de plano diretor, mas provavelmente o que está acontecendo lá é que a gleba não está regularizada e individualizada, então talvez o IPTU esteja vindo para a gleba como um todo e não individualizada para cada unidade. Então é um problema de regularização e esse sim é um assunto importante que está sendo tratado no plano diretor. O conjunto precisa ser regularizado, individualizado, cada unidade habitacional, porque aí provavelmente vai cair numa faixa de isenção.

Então a pergunta é se deve pagar ou não. Acho que deve entrar em contato com a Secretaria de Habitação para batalhar pela individualização das unidades.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Então já vou passar para você e pode entrar em contato com o César.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – A gente encaminha então.

(NÃO IDENTIFICADO) – Para que as pessoas não se confundam, aqui na Subprefeitura há um departamento que faz o levantamento do IPTU e verifica as áreas que estão isentas. Então não precisa ir lá ao Centro. Eu tirei em São Miguel e eles estão distribuindo em todas as comunidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. Marlon.

O SR. MARLON – Agradeço o Fernando, que veio representar o nosso Secretário de Desenvolvimento Urbano, Fernando de Mello, nosso eterno Vereador da região, Nabil Bonduki, Relator da Comissão de Política Urbana, representando os demais companheiros membros dessa Comissão.

Agradeço todos os que participaram do debate que, com certeza, foi enriquecedor e veio acrescentar muitas coisas. Parabenizar cada um daqueles que fizeram explanação e uso da palavra, pois são trabalhos como esse e organizações como essa que enriquecem nosso bairro e nossa região.

Realmente o CAE – Câmara de Animação Econômica do Itaim tem sido uma referência para muitas outras regiões e subprefeituras. Tanto que a Secretaria do Trabalho tenta de uma forma ímpar fazer com que esse trabalho consiga chegar a outras regiões da cidade de São Paulo.

Então quero agradecer a presença de todos vocês em nome da nossa Subprefeita, Engenheira Adriana, que por motivo de força maior não está presente, mas estamos aqui e sua assessoria também está presente. Agradeço todos os munícipes que contribuíram para que esse debate fosse elucidador e enriquecedor na manhã deste dia.

Um abraço a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Quero agradecer a nossa secretaria da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal, que está nos acompanhando nessas 45 audiências públicas, um trabalho bastante grande. O pessoal da TV Câmara também que já entrevistou alguns de vocês e dizer que esta carta é pré-postada pela Câmara, e é importante o pessoal que falou fazer por escrito, embora o que foi falado será transcrito, mas colocar a proposta por escrito é sempre importante, podem levar para casa e estudar o plano. Vocês estão recebendo o texto do plano diretor: essa pequena cartilha que a Câmara fez para poder então contribuir e construir coletivamente o plano diretor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Vou falar primeiro especificamente sobre centro de convivência para idosos. Assim como falamos que temos de ter uma política de localização de equipamentos, um equipamento que cada vez será mais importante na cidade de São Paulo serão os equipamentos voltados aos idosos.

Então o plano diretor precisa identificar quais são os equipamentos que existem e quais são as áreas prioritárias para receber. O plano diretor vai chegar nesse nível porque depois qual vai a política específica da Secretaria, hoje temos a Coordenadoria do Idoso na Prefeitura, quais convênios serão feitos, com qual entidade, aí não é assunto do plano diretor. O que o plano diretor deve identificar são as áreas carentes de equipamentos para os idosos.

Agora, não é papel do plano diretor estabelecer qual a entidade ou convênio que será atendido. Vai estabelecer aonde deve ser feito e evidentemente essa entidade da senhora está localizada numa região que tem carência, ela certamente deverá ser contemplada a partir desses critérios.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Não. Quanto ao Córrego Lajeado acho que é uma política que terá de ser tratada na drenagem. Podemos conversar sobre isso no final da reunião.

Nada mais havendo para tratar encerramos a 15ª audiência pública convidando vocês a participarem das audiências públicas temáticas que acontecem na Câmara e nas audiências públicas que vão ainda acontecer na zona Leste. Amanhã de manhã teremos audiência pública na Penha, que faz parte da região de vocês também. É claro que a cidade é grande e os problemas são inter-relacionados. Então estão todos convidados.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
